

Collor propõe trocar dívida por investimento

Idéia seria uma alternativa à falta de recursos

Consuelo Dieguez

BRASILIA — A dívida do Metrô do Rio de Janeiro pode ser transformada em uma auto-estrada através de uma operação de conversão de dívida em investimento. O controle dessa estrada seria feito pela empresa estrangeira que fez a operação e que tiraria seu lucro da cobrança do pedágio. O projeto pode causar espanto quando se trata de adotá-lo em um país acostumado a ver suas estradas administradas pelos governos federal e estaduais mas, para o seu autor, o ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, que autorizou o candidato Fernando Collor de Mello a utilizá-lo em seu programa de governo, esta pode ser a alternativa à falta de recursos públicos para obras de infra-estrutura.

A conversão de dívida em investimento foi um projeto elaborado por Freitas quando ainda era diretor da Área Externa do BC. De

lá para cá ampliou a idéia para um projeto de descentralização da dívida externa em que a conversão seria apenas um dos mecanismos. Esta operação prevê a troca de dívida por investimento. O credor entrega os títulos da dívida ao governo brasileiro por um valor menor do que aquele pelo qual ela foi contrai-da e recebe, em troca, cruzados novos que serão investidos em obras de infra-estrutura.

Privatização — A conversão poderia ser utilizada também no setor elétrico ou de telecomunicações, por exemplo. O credor poderia participar de um projeto de construção de uma usina hidrelétrica para atender a uma determinada região. Neste caso, teria duas alternativas: entrar com os cruzados novos na construção da hidrelétrica e retirar seu lucro da cobrança da tarifa ou então passar a ter participação na empresa através de compra de ações. "Seria uma privatização na margem, já que, apesar de o credor participar da empresa, o controle continuaria sendo do governo", explica Freitas.

O projeto possui um componente mais polêmico, que é a conversão de dívida em exportação. A idéia é de que produtos de difícil colocação no mercado externo pela falta de competitividade, navios por exemplo,

sejam intercambiados por títulos da dívida. Neste caso, o importador compraria os títulos da dívida brasileira no mercado secundário e os entregaria ao governo brasileiro por um valor um pouco maior, em troca da mercadoria. Este ágio no valor do título, que não poderia exceder a um patamar estipulado pelo governo, seria pago para estimular a operação de conversão.

Freitas admite que a conversão em exportação é um projeto cercado de desconfianças porque a primeira vez que o governo tentou implantá-lo, no ano passado, houve tentativa de fraude na operação por parte de alguns empresários que tentaram vender casas pré-fabricadas para o Canadá em troca do título cotado pelo valor de face.

Ele acredita, no entanto, que se a regulamentação for bem feita não há possibilidade de burla. A sua proposta é de que o Banco Central fixe um patamar máximo de ágio a ser pago pelo título. Em sua opinião, não poderá ultrapassar 20% sob o risco de a operação passar a ser desvantajosa para o país.

Além disso, ele acha necessário ainda a criação de uma comissão para analisar todas as propostas de conversão que, por sua vez, devem ser comunicadas mensalmente ao público através da imprensa. "Seria uma boa

forma de se incentivar a exportação em alguns setores ociosos," argumenta.

Descentralização — Outra idéia de Freitas aproveitada parcialmente pelo candidato Fernando Collor de Mello é a descentralização dos pagamentos da dívida externa. Atualmente o governo negocia em conjunto as dívidas das empresas estatais, da administração direta e dos estados e municípios. Algumas dessas dívidas, segundo ele, poderiam estar sendo pagas, já que as empresas que as tomaram têm condições de negociar com os credores formas de pagamento que seriam absolutamente inviáveis para outras instituições ou ainda para os estados e municípios.

A vantagem da descentralização, segundo ele, é que retira a tensão da negociação da dívida externa, porque algumas empresas começam a pagar seus débitos. Ele não aceita as críticas de que uma proposta deste tipo poderia enfraquecer as negociações, já que os estados e municípios teriam um poder de pressão menor junto aos credores. Segundo Freitas, os secretários de Fazenda, junto com o Banco Central, negociariam com os credores e, caso não conseguissem boas condições, manteriam suspensos os pagamentos. Para Freitas, uma negociação deste tipo quebraria o cartel do comitê dos bancos credores.